

FORMAS DE VIOLÊNCIA E A CRISE DOS VALORES CONSTITUCIONAIS*

Celso Bastos

RESUMO

Sustenta que o estudo da violência relaciona-se ao estudo da história do Direito Constitucional, uma vez que a consolidação do Estado social de Direito no mundo ocidental, que impõe limites ao uso da força pelas suas próprias autoridades e se incumbe de garantir a segurança interna, deu-se por meio de um processo histórico-gradativo de contenção das ameaças internas e externas.

Avalia que o advento do terrorismo nos moldes atuais requer o questionamento e o redirecionamento das bases do Direito Constitucional e dos valores a este subjacentes, tendo em vista que os meios jurídicos clássicos não têm eficácia frente a uma ameaça difusa e de difícil identificação e apreensão. Alerta para a gravidade e a singularidade dessa questão, apregoando a urgência de redefinição dos valores morais da humanidade e da colaboração recíproca entre os Estados, sobretudo no campo do Direito, a fim de superar tal ameaça.

PALAVRAS-CHAVE

Terrorismo; violência; Direito Constitucional; segurança; ética; moral.

* Conferência proferida no Seminário Internacional "Terrorismo e violência: segurança do Estado, direitos e liberdades individuais", realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de maio de 2002, no auditório do Superior Tribunal de Justiça, Brasília-DF.

O estudo da violência tem grande conexão com o estudo do próprio Direito Constitucional, que brota por ocasião do momento em que os Estados se dotaram de um poder central que, com o tempo, tornou-se liberal. Esse percurso começou a ser trilhado a partir do século XIII, com o exemplo da Inglaterra, que tem uma curiosa história política. Enquanto o resto do ocidente só viria enfrentar essa realidade no final do século XVIII, a Inglaterra já tratava dessa questão no século XIII. A partir daí, a história inglesa é formada por uma série de golpes, movimentos, ou de criações jurídicas, tudo militando no sentido de isolar o rei, de tal sorte que ele foi se tornando, gradativamente, uma autoridade sem sentido, desnecessária, que, como golpe último, no século XVIII, teve a sua morte política.

Todo esse processo foi muito longo, mas evitou uma carnificina de revoluções sangrentas. A Europa seguiria outro modelo: para tornar os reis democratas, foi necessário ganhar poder contra eles. Para tanto, os franceses tiveram a colaboração do rei com a nobreza. Então, a burguesia, ao se levantar, teve de fazê-lo por meio das armas, porque era assim que se resolviam as questões no jogo político-francês àquela época.

Começam, então, a surgir as autênticas constituições. A partir do século XVI, pode-se falar em "Estado", palavra que despontou com uma significação política. Somente com a Revolução Francesa do século XVIII, aparece a teoria sobre o Direito Constitucional, a essa altura eminentemente liberal, trazendo consigo valores que ela prestigiava, dentre os quais, figurava supremamente o dever de garantir e manter no Estado um clima de segurança que não permitisse a extrapolação de outros direitos constitucionais.

A violência não encontra um tratamento especial. Insere-se, em um terceiro estágio, dentro do problema maior: a segurança. A segurança de poder praticar o comércio, viajar e ter liberdade de pensamento foi constitucionalizada segundo o que convinha à burguesia da época. O século XIX passou nessa luta entre sistemas antigos e modernos.

No Brasil, no sistema ocidental, essa situação vai até o início do século XX, porque, só então, começou a haver o Estado social, que não se limitava a proibir as autoridades de fazer certas coisas, mas as incumbia de obrigações, o que muda radicalmente

a situação. Para uns, basta uma atuação jurídica; para outros, é necessário o aporte financeiro.

Não é o caso de historiar os detalhes, mas a situação em que estamos aponta para a necessidade de recolocação dos valores constitucionais, porque o século XX já foi considerado por alguns constitucionalistas como o século da mentira. Mentiu-se muito.

Os textos constitucionais são excessivamente generosos; portanto, boa parte deles manteve-se com uma revisão perdoável, risível mesmo, não fosse por se traduzir em mortes e desgraças do gênero, o que não é eternizável. Estamos, realmente, diante de uma crise muito séria relativa à segurança. A razão disso não é única; o mais importante é que houve uma mudança radical entre os causadores da insegurança tradicional e o que ocorre no mundo atual.

Os atentados realizados por pessoas que sacrificam sua própria vida para praticar uma lesão, presumivelmente na vida do inimigo, são questões que não se moldam ou são copiadas das guerras anteriores, nas quais havia sempre um grupo de guerrilheiros que se defrontava com outro, com a possibilidade de discriminar as pessoas: quem era um simples indivíduo, ou, realmente, um militar. Tais guerras eram até ingênuas, mansas e pacíficas diante do mundo atual.

A tecnologia da matança evoluiu de tal maneira que a tecnologia dos poderes públicos não a acompanhou. Houve uma reversão muito grande da titularidade do poder bélico, mas, em algumas décadas, ocorreu somente o confronto entre duas potências tidas como mundiais, que tinham o seu risco, de certa forma, distante. Todos tinham um olhar de desconfiança quando falavam que o mundo poderia terminar com uma guerra russo-americana. A hipótese seria, realmente, catastrófica. Mas, esse caráter catastrófico servia, também, para nos colocar ligeiramente distante dessa ameaça.

Sob esse manto os Estados mais ricos investiram grande soma de dinheiro, dotando-se de uma poderosa força atômica, que, pela mudança havida no cenário internacional, tornou-se absolutamente desprezível. Recentemente americanos e russos combinaram em cada um destruir um percentual das suas forças bélicas, o que ocorrerá até o fim, pois ninguém está interessado em bomba atômica. O problema não é esse. As almas das

pessoas têm de ser conquistadas; é algo que transcende o próprio bôldo, a própria situação criada pelos foguetes. Cada um dos humanos pode, em tese, tornar-se um guardião, um militar, para mobilizar essa guerrilha popular.

A modalidade recente de crime é um pouco mais sutil e não é guerrilha. Grandes destas ocorreram na segunda metade do século XX; mesmo assim, não respondem pelo perigo radical da nossa época, como o que fez atemorizar americanos e outros povos. O que realmente apavora é a possibilidade de alguém utilizar meios extremos, acreditando no valor do seu país, no gesto que está praticando como sendo patriótico. Percebiam a diferença em relação ao crime tradicional, que sempre existiu para colher alguma vantagem de uso pessoal, para a manutenção pessoal, para alcançar a glória, a honraria. Não se trata disso; trata-se de devotar, entregar algo que é seu, a vida, por uma causa. Há os que subscrevem que, normalmente, é uma causa mesclada de raça com religião.

Então, rapidamente, discorremos sobre o que foi o constitucionalismo social, que surgiu por ocasião da Primeira Guerra Mundial, com as Constituições de Weimar e a mexicana, além dos casos clássicos nos quais se introduziram deveres de prestação. O Estado passou a ter de oferecer serviços, como a aposentadoria e outros.

Mais recentemente, o próprio constitucionalismo social foi superado pelo advento do terrorismo, que aparece como uma força invisível e acaba por abalar as próprias estruturas do Estado moderno. A originalidade dos atentados terroristas reside no fato de ocorrerem por razões políticas e por meio do emprego do medo e da coação. Trata-se de uma potencialidade subjacente, inapreciável, em razão de as armas e as defesas do Estado não serem adequadas para combater o terrorismo, o que torna as nações poderosas vulneráveis. Esses fatores exercem influência direta sobre o ordenamento jurídico e, principalmente, sobre a Constituição. As questões são as seguintes: como o Texto Constitucional pode tratar esse fenômeno? Como evitá-lo? É possível contorná-lo? Essa é uma tarefa que cabe exclusivamente ao Estado? São questões transcendentais, de grande importância. A primeira idéia é decorrente do próprio processo de globalização pelo qual passa o mundo atual, qual

seja, a necessidade de um esforço conjunto dos Estados para combater a violência e o terrorismo. Assim, começamos a encontrar caminhos, ou métodos, para minorar a expansão do terrorismo: a condução de tal problemática para organizações mundiais. Por isso o mundo se sensibilizou mais pelo aspecto financeiro do que pelo próprio problema militar e policial. A Segunda Guerra Mundial nem havia terminado integralmente, quando já se cuidava das linhas do Fundo Monetário Internacional e de outras organizações de cunho político, econômico e jurídico. Hoje esse desafio não é respondido por nenhuma ação internacional, e, sim, pelos países isoladamente, às vezes assinando atalhos de colaboração com outro Estado, mas sempre sem fluir de uma instância mundial que pudesse transformar em um palco de guerra o mundo inteiro. Poderiam dizer que esse fato é horrível, mexe com a soberania nacional, que já está gasta há muito tempo. Hoje são múltiplos os problemas decididos em escala mundial, ao menos pela superpotência mundial, sem necessidade nenhuma de consultar os países.

Em questão tão importante, é difícil pensar que um país pretenda seguir a direção da sua soberania contra uma situação de segurança a ser procurada por meio das organizações internacionais. Todavia, depende da colaboração de diversos países e o processo é lento e gradual. A simples cominação de penas severas não parece ser a solução do problema, eis que os terroristas não valorizam a vida – pode parecer cômico, mas não adianta querer ameaçar de morte um sujeito que deseja morrer; é satisfazer a vontade dele mais rápido do que se pode imaginar. Os meios clássicos não surtem resultados positivos. A solução parece estar na colaboração entre os Estados, no sentido de inviabilizar os meios, ou seja, controlar a venda de armamentos e explosivos, bem como a imigração. O Direito Penal precisa crescer, de modo a responder a atentados no campo mundial, e a abandonar a reação organizada em um ou dois locais do mundo, deixando que a tarefa seja levada a termo por organizações internacionais.

A nossa Constituição de 1988 faz menção ao terrorismo no art. 5º, inc. XLIII, quando dispõe: *a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terro-*

A simples cominação de penas severas não parece ser a solução do problema, eis que os terroristas não valorizam a vida – pode parecer cômico, mas não adianta querer ameaçar de morte um sujeito que deseja morrer; é satisfazer a vontade dele mais rápido do que se pode imaginar. (...) A solução parece estar na colaboração entre os Estados, no sentido de inviabilizar os meios, ou seja, controlar a venda de armamentos e explosivos, bem como a imigração.

rismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

O inc. XLIV do art. 5º da Constituição determina que: *constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.*

O inc. XLIV se aproxima do problema ao considerar o terrorismo crime inafiançável e imprescritível. Tais categorias de crimes também são um excesso de juridicismo em um problema que transcende a própria ordem jurídica. Em todo caso, demonstra que o constituinte brasileiro – o autor da Constituição ou aqueles que a têm modelada em 38 emendas – já atinaram para a sua existência, uma vez que usam a palavra “terrorismo”.

Em síntese, nesse albor do século XXI, mostra-se, com toda a sua sanha e violência, a existência de um tipo particular de violação da ordem e da vida humana; não há um movimento de oposição a essas ordens, sobretudo se continuarem a desenvolver-se e, efetivamente, a ganhar uma dimensão maior. Se fizermos os

cálculos, observaremos que se trata de um número relativamente pequeno, considerando-se as populações dos países árabes e islâmicos, mas suficiente para aterrorizar o resto do mundo e acabar com a viabilidade humana na Terra. A proporção é muito grande: um terrorista morto corresponde à morte de trinta a quarenta cidadãos. O potencial é atemorizável; não há excesso de preocupação por parte daqueles que procuram encontrar a solução para o fim do terrorismo. Este nunca será o caminho adequado para se resolver os problemas mundiais.

O problema reside mais na reordenação dos valores constitucionais; não se trata de uma regra ou um parágrafo, mas da alteração nas vigas mestras da Constituição. Hoje os teóricos e os práticos do constitucionalismo trabalham sobre elas. A Constituição não é formada de regras do mesmo padrão, mas de normas-regra e de normas-princípio. Estas últimas são as que encarnam os verdadeiros valores da comunidade. É evidente que não servem para combater o terrorismo, mas para dar individualidade e calor humano às Constituições, deixando certo que, além dos preceitos que citam, desejam que sejam realizados desdobramentos das regras para alcançar abstrações em que estão em jogo exatamente os valores. Já não há definição de uma hipótese para se aplicar a sanção, que existe como valor a ser aplicado, desde que haja oportunidade, que é algum tipo de ação que se enquadra na descrição daquela norma que traz, em si, a construção valorativa.

É preciso, portanto, abandonar a nossa tábua de valores, a qual se encontra, em grande parte, superada pela realidade. Os valores que deverão ser manifestados no futuro são no sentido de tornar a Constituição a padroeira, benfeitora da nobreza moral, da confiabilidade, da internacionalidade, em que a própria colocação dos homens no mundo será alterada. Não é isso um esquerdismo barato, porque para um país de esquerda, tais problemas continuariam. É necessário que as pessoas possam viver em locais onde, pelo menos, tenham o gosto em trabalhar, porque, pelo trabalho desenvolvido, a felicidade é percebida, assegurando-lhes o último dos valores: a vida.

Em nossa época, as individualidades ocorrem, fundamentalmente, pela profissão. Observem a dificuldade para a maioria das empresas em terem suas atividades cumpridas

ABSTRACT

por funcionários que ganham irrisórios salários; portanto, a falta de trabalho rebaixa o homem à dignidade zero, porque nenhum ser pode-se considerar seguro, se é obrigado a ficar inerte porque não tem trabalho. É deplorável. Há muito disfarce do problema, colocando-o em outras direções ou, exclusivamente, dentro da questão econômica, levando a uma crise da humanidade. Todos somos responsáveis. Se desfrutamos de um trabalho, hoje, por pior que o consideremos, somos titulares de um terrível privilégio.

O século XXI trará valores profundos para a alma humana e, com ele, o conjunto de alterações morais para as populações e para o mundo, que deverá viver à procura de uma solução digna. Na época em que houver pessoas já tão degradadas e alienadas do mundo, a ponto de a vida não lhes dizer nada, não serão os policiais ou os militares que resolverão o problema, porque não há polícia suficiente, tendo em vista que cada pessoa é um terrorista em potencial. Como perseguir o terrorista, que sempre é uma pessoa insignificante e não chama nenhuma atenção? Procurei demonstrar, portanto, que o problema que hoje nos atrai aqui é grave por ser singular.

Por que na história não há precedentes? Porque nunca houve país que desafiasse os países hegemônicos dessa maneira. Se analisarmos os impérios registrados pela história, verificaremos que tinham uma forma de ascensão; depois, ficavam relativamente estáveis e, naturalmente, desintegravam-se, tornando-se novas potências. Esse fato é importante, porque dá uma flexibilidade maior para a humanidade. Isso acontecia porque não havia um poder militar que pudesse subsistir a uma sublevação. Os grandes impérios acabaram em batalhas, as quais, no último momento, foram levadas a cabo, e destruídas as forças do país hegemônico, culminando com a sua sucumbência. Como esperar tal comportamento de um poder difuso, absolutamente invisível, inapreensível, como o do terrorismo? Como identificá-lo? Como conversar com ele? Nada disso é viável. Essas que eram, outrora, as superpotências, estão, hoje, “no mesmo balaio”, porque, tanto os países fora do comunismo quanto os liderados pelos Estados Unidos não têm condições de acabar com essa forma de beligerância.

The author sustains that the study of violence is related to the study of the history of the Constitutional Law, once the consolidation of the social Rule of Law in the western world, which imposes limits to the use of the power by its own authorities and it is assigned of guaranteeing the internal security, has occurred through a grading-historical process of contention of the internal and external threats.

He evaluates that the coming of the terrorism in the current molds demands the inquisition and the change of the bases of the Constitutional Law and of the values to which they are subordinated, aiming that the classical juridical means don't have efficacy before a diffuse threat and of a difficult identification and apprehension. He alerts to the seriousness and the singularity of this subject, divulging the urgency of redefinition of the humanity's moral values and of the reciprocal collaboration among States, above all, within the scope of Law, in order to overcome such threat.

KEYWORDS – Terrorism; violence; Constitutional Law; security; ethics; moral.

Celso Bastos é Advogado e Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em São Paulo/SP.